



Setembro/2013

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Concurso Público para provimento de cargos de Assessor Técnico do Controle Interno Habilitação Assessoria Técnica do Controle Interno

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J10', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 1 a 5.

A Gazeta comentou hoje, com fina malícia, uma publicação do Diário Oficial, contendo a lista de todas as patentes de invenção que caíram em caducidade. É realmente interessante a relação dessas “invenções”, que os inventores, desenganados ou desprotegidos, não quiseram ou não puderam explorar: máquinas de beneficiar café, instrumentos de música, selins, carvão, mobílias, dentaduras, carros, tintas, caixões para defuntos, acendedores instantâneos, e que sei mais? não houve ramo de indústria em que o gênio dos “inventores” não se exercitasse.

A mania de inventar é uma das mais espalhadas. [...]

Ah! pobre alma humana, sempre devorada por sonhos torturantes, sempre incendiada em desejos e ambições ardentes! “Inventar” é a grande e fúlgida Quimera... Inventar é criar: quem inventa é, mais ou menos, o rival de Deus, o émulo das forças vivas da natureza. Inventar é reproduzir a aventura arrojada de Prometeu: é roubar ao céu um pouco do seu segredo, é entrar em competência com a Divindade, é afrontar a força criadora e misteriosa que rege o universo ... Ousado e rútilo sonho!...

Desses pobres inventores, desses infelizes filhos e continuadores do Prometeu antigo, quantos acabam desiludidos ou loucos no catre do hospital ou na cela do manicômio! Mas quem haverá que ouse rir dessa loucura ou dessa miséria? A mania da “invenção” é a prova palpável, a demonstração cabal e irrecusável da força da alma humana – dessa mártir encarcerada que vive a bracejar no duro cárcere, querendo partir os liames que a cativam, querendo libertar-se de sua penúria moral, querendo voar e devassar os segredos da vida. Essa doença é o Ideal!

Confesso que, lendo a relação de patentes publicada pelo Diário Oficial, não tenho a coragem de sorrir. O sentimento, que essa leitura me inspira, é uma mistura de tristeza e de admiração: tristeza pela inatividade dos nossos sonhos, e admiração pelo incansável aspirar, pela ânsia infinita, pela sagrada e perpétua revolta da alma humana contra a sua miséria, e pelo seu eterno desejo de saber, de compreender, de criar, de caminhar para a luz...

(Olavo Bilac. **Obra reunida**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 490)

1. Conclui-se corretamente do texto que
 - (A) as tentativas humanas em adquirir poderes divinos, desde a antiguidade, jamais conseguiram atingir o êxito desejado, por ausência de criatividade.
 - (B) a mola propulsora do desenvolvimento do ser humano está na constante procura da realização suprema, alvo de sua maior aspiração.
 - (C) as decisões do homem que o levaram, desde sempre, a superar suas limitações, puseram-no em situação de igualdade perante o poder divino de criação.
 - (D) o hábito de inventar, um dos mais comuns na história da humanidade, fez com que o homem realmente se equiparasse ao dom divino da criação.
 - (E) o ideal do homem de comparar-se à Divindade somente será realizável no momento em que uma invenção humana se igualar em importância ao roubo cometido por Prometeu.
2. Quanto ao desenvolvimento textual, a afirmativa correta é:
 - (A) A referência ao roubo cometido por Prometeu constitui o argumento em que se baseia o autor, ao constatar a ausência de tino moral entre os homens.
 - (B) O autor, tomando como referência os insucessos do ser humano quanto à invenção de objetos que lhe possibilitariam melhores condições de vida, expõe sua descrença em relação a essa capacidade.
 - (C) O último parágrafo, introduzido por verbo na 1ª pessoa, se encontra isolado do assunto que vem sendo desenvolvido por considerações de âmbito geral, referentes ao comportamento humano.
 - (D) Com intenção didática, o autor discorre sobre as contradições da alma humana que, ao lado de ambiciosas aspirações, se detém em invenções prosaicas do cotidiano.
 - (E) A partir de um fato sem grande interesse, o autor se põe a analisar o comportamento humano, sempre em busca de realizações que ultrapassem as situações corriqueiras da vida.
3. A afirmativa correta, considerando-se o emprego de sinais de pontuação no texto, é:
 - (A) A presença dos sinais de interrogação no 1º e no 4º parágrafos reafirma a surpresa expressa pelo autor em relação à listagem de invenções e ao destino irremediável de seus inventores, não pressupondo resposta alguma.
 - (B) Os dois-pontos que aparecem, respectivamente, no 1º e em dois momentos do 3º parágrafo introduzem segmentos de igual valor semântico e estrutural.
 - (C) As vírgulas que isolam a oração *que essa leitura me inspira* (último parágrafo) podem ser retiradas, sem prejuízo para a correção.
 - (D) O uso dos sinais de exclamação no 3º e no 4º parágrafos indica interrupção intencional do pensamento, permitindo a interferência do leitor na interpretação dos fatos.
 - (E) As aspas que demarcam algumas palavras relacionadas pelo sentido, como “invenção”, “inventores” e “Inventar”, indicam o sentido especial e diferenciado que o autor lhes imprime, como novidades sem sentido, que caíram em desuso.



4. Em relação ao 3º parágrafo, é correto afirmar que
- (A) há crítica acentuada do autor, descrente da alma humana, no sentido de que o homem, desde a antiguidade, entrou em concorrência com as forças divinas, sem medir as consequências desastrosas de seus atos impensados.
- (B) se observa intencional interrupção do fluxo de ideias que vêm sendo apresentadas, para introdução de elementos alheios a esse desenvolvimento, marcados por ironia, assinalada no emprego reiterado de certos vocábulos.
- (C) ocorre uma alteração na forma de exposição de ideias, e o autor passa a se valer de um vocativo para desenvolver seu pensamento sobre as características do ser humano, em eterna luta contra suas limitações terrenas.
- (D) o autor acata a fina malícia do comentário apresentado em um jornal, reproduzindo-a, ao expor suas ideias sobre o insaciável desejo do homem, que sempre buscou superar o secreto poder divino de criação.
- (E) é possível depreender certo desencanto do autor, pois a alma humana nem sempre consegue concretizar seus devaneios por ser limitado seu poder de criação, ainda que se constate grande número de invenções na história da humanidade.

5. Sentido semelhante ao do segmento grifado está em:
- (A) Ousado e rútilo sonho!... = Atrevido e impertinente
- (B) a lista de todas as patentes de invenção que caíram em caducidade = que perderam o domínio público
- (C) é entrar em competência com a Divindade = vir a deliberar
- (D) é, mais ou menos, o rival de Deus, o émulo das forças vivas da natureza = apreciador das mutações naturais
- (E) tristeza pela inanidade dos nossos sonhos = pela futilidade dos nossos ideais

Atenção: O texto abaixo refere-se às questões de números 6 a 9.

Augusto de Campos e seu irmão Haroldo formavam o núcleo do grupo de poetas que, nos anos de 1950, lançaram o movimento de poesia concreta, uma retomada do espírito modernista dos anos de 1920 – e das ideias de vanguarda do início do século –, contra os pudores antimodernistas que tomaram conta da poesia e da literatura brasileiras, primeiro com os romancistas regionalistas dos anos 30 e, depois, com os poetas da chamada “geração de 45”.

Os poetas concretos sentiam-se em sintonia com os músicos europeus que, nos anos 50, retomavam a radicalidade da escola de Viena, e com os pintores que seguiam os caminhos de Mondrian e Malévitch. Levando às últimas consequências o fato de que poesia não é propriamente literatura, valorizaram os aspectos físicos da palavra, criando um tipo de poema que foi qualificado inicialmente como visual. Conhecedores apaixonados dos movimentos pioneiros da primeira década do século XX, eles tomaram posição bem definida em face aos modernismos dos anos 20, em face a uma história

abrangente da poesia e, finalmente, em face aos roteiros que se deviam estabelecer para ela no futuro.

Nesse sentido, criaram o que chamavam de “paideuma”, uma seleção de autores obrigatórios na formação de uma sensibilidade nova e relevante: Mallarmé, Erza Pound, James Joyce, Maiakóvski, João Cabral de Melo Neto (o maior poeta brasileiro surgido depois do modernismo, pertencente, pela idade, à geração de 45, mas em tudo oposto a ela: um poeta das coisas vistas e expressas em linguagem seca e rigorosíssima).

*Quando surgiram os concretistas, houve escândalo (a revista *Cruzeiro* falou em “rock’n’roll da poesia”...). Conquanto contassem com a simpatia de uma figura gigantesca como foi o poeta Manuel Bandeira, eles encontraram forte resistência entre poetas, literatos e acadêmicos. Mas o nível de argumentação que eles sustentavam em suas defesas críticas era tão alto e sua determinação tão inabalável, que se tornaram um osso duro de roer na cena intelectual brasileira, impondo respeito mesmo onde não havia receptividade.*

(Adaptado de Caetano Veloso. **Antropofagia**. São Paulo, Companhia das Letras/Penguin, 1997, formato ebook)

6. Depreende-se corretamente do texto:
- (A) Os poetas concretos, segundo o autor, foram bem recebidos pelos intelectuais, que perceberam o potencial transformador embutido em suas obras.
- (B) Os poetas concretos buscaram inspiração fora do país, por não se identificarem com a arte que havia sido produzida no Brasil desde a geração de 1930.
- (C) Ao dizer que a linguagem do escritor João Cabral de Melo Neto era *seca e rigorosíssima*, o autor expõe objetivamente o porquê de sua oposição intelectual a ele.
- (D) Os romancistas regionalistas da geração de 1930 eram tidos como conservadores pelo autor do texto, que os equipara aos autores da “geração de 45”.
- (E) A maior ambição dos poetas concretos era a de propor um novo cânone, chamado de “paideuma”, em que se rejeitariam autores consagrados e se elevariam outros, esquecidos.

7. Afirma-se corretamente:
- (A) No segmento ... *em sintonia com os músicos europeus que, nos anos 50, retomavam...*, a colocação de uma vírgula imediatamente após **europeus** altera o sentido original da frase, sem prejuízo para a correção.
- (B) O segmento sublinhado em ... *tomaram posição bem definida em face aos modernismos dos anos 20* ... pode ser substituído por **perante**, sem prejuízo para a correção e o sentido original.
- (C) O segmento sublinhado em *Nesse sentido, criaram o que ...* pode ser substituído por **Ainda assim**, sem prejuízo para o sentido original.
- (D) No segmento *Levando às últimas consequências o fato de que ...*, o verbo *levar* pode ser substituído pelo verbo *ir*, sem prejuízo para a correção e o sentido original.
- (E) No segmento ... *pertencente, pela idade, à geração de 45* ..., o sinal indicativo de crase é facultativo e pode ser suprimido, sem prejuízo para a correção.



8. Mas o nível de argumentação que eles sustentavam em suas defesas críticas... (último parágrafo)

O verbo que, no contexto, exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- (A) Quando surgiram os concretistas...
- (B) ... mesmo onde não havia receptividade.
- (C) ... a revista *Cruzeiro* falou em rock'n'roll da poesia.
- (D) Conquanto contassem com a simpatia de uma figura gigantesca...
- (E) ... como foi o poeta Manuel Bandeira...

9. ... que se tornaram um osso duro de roer na cena intelectual brasileira... (último parágrafo)

O segmento acima assinala, no contexto, noção de

- (A) temporalidade.
- (B) proporcionalidade.
- (C) conformidade.
- (D) consequência.
- (E) causa.

10. Para alguns, os poemas dos concretistas tinham algo de enigmático que eficácia dramática e originalidade.

Preenche corretamente a lacuna da frase acima:

- (A) dava-lhe
- (B) lhes dava
- (C) davam a ele
- (D) lhe davam
- (E) davam a eles

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

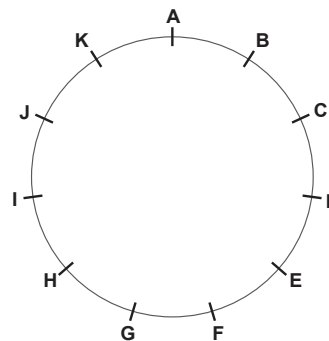
11. A diferença entre o 7º termo da sequência (5; 9; 17; 33; 65; ...) e o 11º termo da sequência (5; 2; 4; -2; 0; -12; -10; ...) é, nessa ordem, igual a

- (A) 123.
- (B) 35.
- (C) 457.
- (D) 335.
- (E) 761.

12. Um determinado prêmio foi distribuído aos três primeiros colocados em um torneio. Essa distribuição ocorreu de forma inversamente proporcional ao número de pontos perdidos no jogo pelos três jogadores vencedores. Sabe-se que o vencedor perdeu 20 pontos, o segundo colocado perdeu 30 pontos e que o terceiro colocado perdeu 40 pontos. O prêmio que o segundo colocado recebeu foi de R\$ 12.160,00. O prêmio que o primeiro colocado recebeu foi de

- (A) R\$ 9.120,00.
- (B) R\$ 28.230,00.
- (C) R\$ 18.240,00.
- (D) R\$ 39.560,00.
- (E) R\$ 24.180,00.

13. Uma circunferência contém 11 marcas, cada uma delas nomeada com uma letra do alfabeto, em sequência, a partir da letra A. Dois jogadores iniciam um jogo com as respectivas fichas sobre a marca da letra A. Cada um deles, em sua jogada, sorteia um número em um dado comum (de 1 a 6), sendo que se o número sorteado for par ele avança, no sentido horário, o número de marcas indicada no dado, e se o número sorteado for ímpar ele avança, no sentido anti-horário, o número de marcas indicada no dado.



Nos seus quatro sorteios o primeiro dos jogadores sorteou os números: 1, 3, 2, 3. O segundo jogador sorteou os números 4, 6, 1, em suas três primeiras jogadas. Há a possibilidade de que, no quarto sorteio, o segundo jogador movimente a sua ficha de forma a deixá-la com apenas uma marca entre a sua ficha e a ficha do primeiro jogador. A probabilidade de ocorrência desse fato é

- (A) 50%.
- (B) 67%.
- (C) 33%.
- (D) 17%.
- (E) 83%.

14. O preço de um produto era R\$ 15,00 ao final de um mês. No final do mês seguinte, o preço era R\$ 18,75 e ao final do mês seguinte o preço do mesmo produto era R\$ 22,50. A variação, em porcentagem, da porcentagem de aumento do preço nesses dois intervalos foi de

- (A) mais 15%.
- (B) menos 10%.
- (C) menos 20%.
- (D) mais 25%.
- (E) mais 20%.



15. No início de uma semana, o reservatório de tinta de uma gráfica estava completamente cheio. Na segunda-feira, foi utilizada $\frac{3}{13}$ da capacidade do reservatório. Na terça-feira, a utilização foi exatamente a metade do que havia sido utilizado no dia anterior. A utilização na quarta-feira foi equivalente a $\frac{5}{3}$ do que havia sido utilizado na terça-feira. O reservatório foi totalmente esgotado com o uso feito na quinta e na sexta-feira, sendo que a quantidade de tinta utilizada na sexta-feira foi o dobro do que foi utilizado na quinta-feira. Sendo assim, pode-se concluir que na quinta-feira a fração de tinta utilizada, da capacidade total do reservatório, foi
- (A) $\frac{3}{13}$.
- (B) $\frac{2}{13}$.
- (C) $\frac{7}{13}$.
- (D) $\frac{11}{26}$.
- (E) $\frac{5}{13}$.

História do Rio Grande do Norte

16. A cidade de Natal foi fundada
- (A) pelo donatário da capitania hereditária do Rio Grande, Duarte Coelho.
- (B) durante a invasão dos holandeses, para garantir-lhes a ocupação do litoral nordestino.
- (C) com a cooperação de invasores franceses, aliados aos indígenas tapuias que habitavam o litoral.
- (D) no início do século XVII, por representantes da Companhia da Índias Ocidentais.
- (E) no período da União Ibérica (Portugal e Espanha), após a morte de D. Sebastião.
17. As atividades político-partidárias no Rio Grande do Norte, após a instalação do regime militar em 1964, eram dominadas por duas forças políticas: de um lado, os partidários de Aloísio Alves; de outro, os de Dinarte Mariz. Em relação à trajetória dos dois líderes potiguares, durante esse período, é correto afirmar que
- (A) ambos superaram a rivalidade política local, enquanto militaram na Aliança Renovadora Nacional (Arena).
- (B) Aloísio Alves e Dinarte Mariz, apesar de rivais políticos no Estado, uniram-se contra o regime militar.
- (C) nenhum dos dois ocupava cargo executivo em 1964.
- (D) Dinarte Mariz, depois de 1964, somente ocupou o cargo de deputado federal.
- (E) Aloísio Alves ajudou a eleger seu sucessor, Walfrido Dantas Gurgel, concorrente de Dinarte Mariz ao governo estadual em 1965.

18. A presença norte-americana no Rio Grande do Norte é sempre lembrada pela instalação da base aérea de Parnamirim durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, no pós-guerra, a presença dos Estados Unidos também foi marcante, sobretudo na década de 1960, quando o Brasil recebeu vultosos recursos da Aliança para o Progresso, programa lançado na gestão do presidente John F. Kennedy. É INCORRETO afirmar:
- (A) A recusa de Aloísio Alves em aceitar o aporte de recursos da Aliança para o Progresso provocou a cassação de seus direitos políticos, após 1968.
- (B) A experiência de alfabetização pelo método Paulo Freire em Angicos, na gestão de Aloísio Alves (1961-1966), contou com recursos da Aliança para o Progresso.
- (C) O Rio Grande do Norte foi o Estado nordestino mais favorecido pelos recursos da Aliança para o Progresso.
- (D) Os sindicatos rurais do Rio Grande do Norte tiveram apoio decisivo da Aliança para o Progresso.
- (E) A prioridade que a Aliança para o Progresso deu ao Rio Grande do Norte tinha o propósito de criar um contraponto ao "subversivo" Pernambuco.
19. Os fluxos migratórios no Estado do Rio Grande do Norte convergem, nos dias atuais, para polos economicamente dinâmicos em torno de dois municípios: Natal e
- (A) Mossoró.
- (B) Caicó.
- (C) Currais Novos.
- (D) Canguaretama.
- (E) Nova Cruz.
20. Embora houvesse indícios anteriores da existência de petróleo, somente no início da década de 1970 intensificaram-se as pesquisas que possibilitaram a descoberta do primeiro poço petrolífero na plataforma continental do Rio Grande do Norte. Tal empreendimento
- (A) permitiu que o Brasil se tornasse autossuficiente na produção e consumo dos produtos derivados do petróleo.
- (B) resultou na extração de petróleo em Mossoró, em 1973, o que colocou o Estado em 10^o lugar na produção nacional do petróleo em terra.
- (C) não teve continuidade nas décadas posteriores, pois não ocorreram outros aumentos significativos do preço do barril de petróleo no comércio internacional.
- (D) ocorreu no contexto da crise internacional do petróleo, com elevação dos preços do produto imposto pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).
- (E) deixou o Estado em situação econômica privilegiada, pois estimulou a produção da indústria automobilística local.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Civil**

21. Paulo e Augusto simulam um contrato de compra e venda de queijo cheddar, que representava na verdade uma doação de Paulo para Augusto. Mais tarde, Paulo sente-se prejudicado e procura anular o negócio, o que é negado pelo juiz, baseado em lei e no princípio geral do direito

- (A) que diz ser defeso a alguém alegar em benefício próprio a torpeza com que tenha agido.
- (B) que veda o enriquecimento ilícito.
- (C) da congruência ou adstrição.
- (D) da proteção da boa-fé alheia.
- (E) do equilíbrio contratual das partes.

22. A emissão de cheque pré-datado (ou pós-datado, como por vezes é denominado) é característico de

- (A) um expediente analógico, que iguala o cheque à nota promissória em todos os efeitos jurídicos.
- (B) costume *secundum legem*, isto é, que está de acordo com a norma jurídica positivada, expressa em lei.
- (C) um expediente doutrinário, porém contra texto expresso de lei.
- (D) uma criação jurisprudencial, que terminou aceita pelos usos e costumes comerciais.
- (E) costume *praeter legem*, isto é, destinado a suprir a lei nos casos de omissão, gerando efeitos de direito.

23. Examine a classificação dos contratos abaixo.

- I. Contratos comutativos são os de prestações certas e determinadas, que tenham equivalência ao menos aproximada das prestações entre as partes.
- II. Contratos de execução instantânea são os que se consumam num só ato, cumprindo-se imediatamente após sua celebração.
- III. Contratos de execução diferida são os que dependem de prévia aprovação formal das partes contratantes.
- IV. Contratos consensuais são os que se formam unicamente pelo acordo de vontades, independentemente da entrega da coisa e da observância de forma determinada.
- V. Contratos reais são os que dizem respeito aos direitos reais, como penhor ou hipoteca, e cuja eficácia depende de seu registro no cartório próprio.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III, IV e V.
- (D) I, II e V.
- (E) I, III e V.

24. No tocante à lei, sua eficácia no tempo e modos de revogação,

- (A) se o legislador omitir-se em dizer quando a lei entrará em vigor, isto ocorrerá em trinta dias no Brasil e em três meses no exterior.
- (B) a lei terá sempre vigência imediata e indeterminada.
- (C) a vigência de lei com prazo certo e determinado chama-se regra cronológica.
- (D) norma repristinatória é aquela que revoga a norma revogadora dando eficácia à norma anteriormente revogada.
- (E) ab-rogação é a revogação parcial da norma jurídica; derrogação é sua revogação total.

25. O significado do princípio da relatividade dos efeitos do contrato é

- (A) o que afirma ser necessária a entrega efetiva da coisa, em certas situações, para que o contrato produza seus efeitos jurídicos.
- (B) o princípio pelo qual se veda a existência de cláusulas abusivas no contrato, por serem relativos os direitos de cada contratante.
- (C) o princípio pelo qual os efeitos do contrato são relativos, porque vinculados à sua função social e à boa-fé objetiva.
- (D) o que afirma bastar, para o aperfeiçoamento do contrato, o acordo de vontades, contrapondo-se ao formalismo para gerar seus efeitos.
- (E) a ideia de que os efeitos do contrato só se produzem em relação às partes que manifestaram a sua vontade, vinculando-os ao seu conteúdo, não afetando terceiros nem seu patrimônio.

26. Em relação à indenização,

- (A) se o grau de culpa for muito grave, poderá o juiz majorá-la, por equidade.
- (B) mede-se pela extensão do dano, sempre, sendo irrelevante o grau de culpa ou dolo.
- (C) o grau de culpa poderá ser considerado pelo juiz para reduzi-la, equitativamente.
- (D) quando esta se der por danos morais, será tarifada de acordo com as circunstâncias do caso concreto.
- (E) o grau de culpa ou dolo só importa para os danos materiais, que se medem exclusivamente por sua extensão.

27. No tocante à extinção das obrigações,

- (A) uma vez estabelecida a obrigação, por meio de contrato, o credor não pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- (B) se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento, deverá haver sua imputação por parte do devedor.
- (C) implica novação a escolha feita pelo devedor, obrigado por dois ou mais débitos a um só credor, quanto à dívida que está sendo paga na ocasião.
- (D) uma das espécies de sub-rogação é aquela em que ela se opera, de pleno direito, em favor do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.
- (E) a compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas infungíveis.



<p>28. Em relação à mora, é correto afirmar que</p> <p>(A) a existência de cláusula resolutória expressa significa que a mora só se dará mediante interpelação ou notificação prévias.</p> <p>(B) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde o momento em que o praticou.</p> <p>(C) o inadimplemento da obrigação no seu termo, ainda que ilíquida, constitui de pleno direito em mora o devedor.</p> <p>(D) não existe mora automática no ordenamento civil pátrio.</p> <p>(E) não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, incorre este em mora.</p>	<p>Direito Administrativo</p> <p>31. O poder disciplinar se caracteriza</p> <p>(A) pelo poder que detém o superior hierárquico para dar ordens aos administrados.</p> <p>(B) pela existência de níveis de subordinação entre os órgãos e agentes públicos da mesma pessoa jurídica.</p> <p>(C) pelo dever de obediência dos servidores públicos e seus superiores hierárquicos.</p> <p>(D) pela faculdade da Administração pública para aplicar sanção disciplinar aos seus servidores.</p> <p>(E) pelo dever da Administração pública em apurar infrações e aplicar penalidades aos seus servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.</p>
<p>29. Examine os enunciados seguintes, no tocante à capacidade do empresário:</p> <p>I. A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.</p> <p>II. O Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais não poderá registrar, em nenhuma hipótese, contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz, a partir do momento em que declarada judicialmente essa incapacidade.</p> <p>III. Na disciplina do atual Código Civil, faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>32. Ao tratarmos da nulidade dos atos administrativos normativos ou regulamentares em conflito com a lei, é correto afirmar que são passíveis de</p> <p>(A) declaração de nulidade por controle de legalidade.</p> <p>(B) declaração de nulidade, somente, pela autoridade superior àquela que expediu o ato.</p> <p>(C) declaração de nulidade que produzirá, somente, efeitos <i>ex nunc</i>.</p> <p>(D) declaração de nulidade por ato do Poder Legislativo.</p> <p>(E) controle ao serem revogados pela própria Administração pública.</p>
<p>30. Considere abaixo os defeitos do negócio jurídico.</p> <p>I. Subsistirá o negócio jurídico se a coação decorrer de terceiro sem que a parte a que beneficie dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.</p> <p>II. São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.</p> <p>III. Se ambas as partes procedem com dolo, qualquer uma delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar a indenização.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>33. Constituem exemplos de atos decorrentes do exercício do poder de polícia pela Administração pública:</p> <p>(A) inquéritos policiais contra os servidores que praticaram crime.</p> <p>(B) mandados de busca domiciliar.</p> <p>(C) licenças, autorizações ou notificações.</p> <p>(D) circulares para orientação dos administrados.</p> <p>(E) pareceres para orientação dos administrados.</p> <p>34. Serviço público corresponde à atividade atribuída por lei</p> <p>(A) e exercida apenas diretamente pelo Estado com o objetivo de satisfazer as necessidades coletivas.</p> <p>(B) e exercida pelo Estado, direta ou indiretamente, com o objetivo de satisfazer as necessidades coletivas.</p> <p>(C) ou decreto e exercida pelo Estado, direta ou indiretamente, com o objetivo de satisfazer as necessidades coletivas.</p> <p>(D) e exercida pelo Estado com o objetivo de satisfazer as necessidades coletivas, diretamente orientada por regime de direito privado.</p> <p>(E) e exercida, unicamente, por delegação de serviço público orientada por regime de direito público.</p>



<p>35. Constitui característica das autarquias:</p> <p>(A) impenhorabilidade de seus bens.</p> <p>(B) desempenho de atividade de natureza econômica.</p> <p>(C) personalidade jurídica de direito privado.</p> <p>(D) não sujeição a controle ou tutela.</p> <p>(E) não sujeição a regime falimentar.</p>	<p>39. São deveres do administrado perante a Administração pública:</p> <p>I. Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória sua presença por força de lei.</p> <p>II. Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pela autoridade competente e prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.</p> <p>III. Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.</p> <p>Nos termos da Lei Complementar Estadual 303/2005, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e III, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>36. Considere os itens abaixo.</p> <p>I. Promoção, nomeação e aproveitamento.</p> <p>II. Nomeação, reversão e demissão.</p> <p>III. Promoção, posse em outro cargo ou função inacumulável, readaptação.</p> <p>Nos termos da Lei Complementar Estadual 122/1994, são formas de vacância o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I.</p>	<p>40. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública:</p> <p>(A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.</p> <p>(B) frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.</p> <p>(C) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.</p> <p>(D) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.</p> <p>(E) frustrar a licitude de concurso público.</p>
<p>37. Nos termos da Lei Complementar Estadual 122/1994, a exoneração de cargo público em comissão ocorre</p> <p>(A) sempre mediante prévia autorização da Assembleia Legislativa.</p> <p>(B) de ofício, isto é, não é cabível a pedido do próprio servidor.</p> <p>(C) se, tomado posse, o servidor não entra em exercício no prazo legal.</p> <p>(D) por inassiduidade habitual.</p> <p>(E) por abandono do cargo.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>41. Analise a seguinte ementa de acórdão do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF: “<i>Habeas corpus</i>. Penal. Tráfico de entorpecentes. Crime praticado durante a vigência da Lei nº 11.464/07. Pena inferior a 8 anos de reclusão. Obrigatoriedade de imposição do regime inicial fechado. Declaração incidental de inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90. Ofensa à garantia constitucional da individualização da pena (inciso XLVI do art. 5º da CF/88). Fundamentação necessária (CP, art. 33, § 3º, c/c o art. 59). Possibilidade de fixação, no caso em exame, do regime semiaberto para o início de cumprimento da pena privativa de liberdade. Ordem concedida” (HC 111.840, Relator Ministro Dias Toffoli). Neste caso, o STF exerceu controle de constitucionalidade</p> <p>(A) concentrado, produzindo a decisão efeitos <i>inter partes</i>.</p> <p>(B) concentrado, produzindo a decisão efeitos <i>erga omnes</i>.</p> <p>(C) abstrato, produzindo a decisão efeitos <i>erga omnes</i>.</p> <p>(D) difuso, produzindo a decisão efeitos <i>inter partes</i>.</p> <p>(E) difuso, produzindo a decisão efeitos <i>erga omnes</i>.</p>
<p>38. Nos termos da Lei Complementar Estadual 122/1994, a indenização destinada a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, constitui</p> <p>(A) gratificação de representação.</p> <p>(B) diária.</p> <p>(C) gratificação por serviços extraordinários.</p> <p>(D) gratificação de função.</p> <p>(E) ajuda de custo.</p>	



42. Sobre os elementos das Constituições, são considerados elementos orgânicos as normas
- (A) que revelam o compromisso da Constituição entre o Estado individualista e o Estado Social.
 - (B) que regulam a estrutura do Estado e do Poder.
 - (C) destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da Constituição, do Estado e das instituições democráticas.
 - (D) que estabelecem regras de aplicação de outras normas constitucionais.
 - (E) que compõem o elenco dos direitos e garantias fundamentais, limitando a atuação dos Poderes estatais.
-
43. Plínio, residente na cidade de Natal/RN, pretende prevenir-se contra ato do Ministro da Justiça que ameaça sua liberdade de locomoção. Neste caso, contra o ato do Ministro, poderá Plínio impetrar
- (A) mandado de segurança, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) *habeas corpus*, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) *habeas corpus*, de competência originária do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
 - (D) *habeas corpus*, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) mandado de segurança, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
-
44. Projeto de lei ordinária que estabelece o novo regime jurídico dos servidores públicos da União, de iniciativa de um determinado Deputado Federal, é submetido à Câmara dos Deputados, na qual é aprovada pela maioria dos presentes, estando presente a maioria absoluta de seus membros. Encaminhado ao Senado Federal, é igualmente aprovado, nas mesmas condições, sendo remetido posteriormente ao Presidente da República, que sanciona e promulga a lei. Neste caso, consideradas as normas constitucionais do processo legislativo, a lei em questão será
- (A) inconstitucional, por conter vício quanto ao quórum de votação em ambas as Casas do Congresso Nacional.
 - (B) constitucional, por ter respeitado as normas correspondentes em vigor.
 - (C) inconstitucional, por conter vício de iniciativa.
 - (D) inconstitucional, por conter vício quanto à ordem de apreciação nas casas legislativas, pois o trâmite deveria ter iniciado necessariamente no Senado Federal.
 - (E) inconstitucional, por versar sobre matéria reservada à Lei Complementar.
-
45. Analise o seguinte trecho da ementa de acórdão da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (HC 91.285, Relator Ministro Ayres Britto): "A garantia da ordem econômica autoriza a custódia cautelar, se as atividades ilícitas do grupo criminoso a que, supostamente, pertence o paciente repercutem negativamente no comércio lícito e, portanto, alcançam um indeterminado contingente de trabalhadores e comerciantes honestos...". No caso concreto, que culminou com o indeferimento do *habeas corpus* pretendido, vê-se que a Turma julgadora, para balizar seu julgamento e manter a custódia cautelar do paciente, reconhece a vulneração do princípio constitucional da
- (A) defesa do consumidor.
 - (B) busca do pleno emprego.
 - (C) propriedade privada.
 - (D) livre concorrência.
 - (E) soberania nacional.



46. A Constituição Federal brasileira, ao disciplinar o desporto, no título da ordem social, estabelece que “O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei” (art. 217, § 1º). Há, neste caso, uma
- (A) mitigação constitucional do direito fundamental de livre acesso ao Poder Judiciário, que se estende a todas as controvérsias decorrentes de relações desportivas, em virtude da especialização da matéria.
 - (B) ofensa ao direito fundamental de livre acesso ao Poder Judiciário.
 - (C) mitigação constitucional do direito fundamental de livre acesso ao Poder Judiciário, devendo, no entanto, ser respeitado o prazo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para decisão final pela justiça desportiva.
 - (D) ofensa à vedação constitucional de existência de Tribunal de Exceção.
 - (E) inconstitucionalidade, por não ser possível permitir que a lei que venha a regular a justiça desportiva vede o livre acesso ao Poder Judiciário.
-
47. O processo para responsabilização do Governador do Estado do Rio Grande do Norte pelo cometimento de crime comum é de competência
- (A) do Superior Tribunal de Justiça.
 - (B) de Tribunal Especial, composto de oito membros, sendo quatro Deputados Estaduais eleitos pela Assembleia Legislativa e quatro Desembargadores, sorteados pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que o preside.
 - (C) do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.
 - (D) do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) da Assembleia Legislativa do Estado.
-
48. Analise o recente acórdão do Supremo Tribunal Federal, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia:
- “Constitucionalidade de atos normativos proibitivos da importação de pneus usados. Reciclagem de pneus usados: ausência de eliminação total dos seus efeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente equilibrado. Afrontas aos princípios constitucionais da saúde e do meio ambiente ecologicamente equilibrado. (...) Arguição de descumprimento dos preceitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos: decisões judiciais nacionais permitindo a importação de pneus usados de países que não compõem o Mercosul: objeto de contencioso na Organização Mundial do Comércio, a partir de 20-6-2005, pela Solicitação de Consulta da União Europeia ao Brasil. (...) Autorização para importação de remoldados provenientes de Estados integrantes do Mercosul limitados ao produto final, pneu, e não às carcaças: determinação do tribunal ad hoc, à qual teve de se submeter o Brasil em decorrência dos acordos firmados pelo bloco econômico: ausência de tratamento discriminatório nas relações comerciais firmadas pelo Brasil.” (ADPF 101, julgamento em 24-6-2009, Plenário, DJE de 4-6-2012)*
- Neste caso concreto, no que concerne aos princípios que regem as relações internacionais pela República Federativa do Brasil, o Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre a submissão do país à determinação do tribunal *ad hoc*, balizou o seu julgamento no princípio da
- (A) independência nacional.
 - (B) igualdade entre Estados.
 - (C) não-intervenção.
 - (D) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
 - (E) solução pacífica dos conflitos.



49. Pietro, italiano, residente no Brasil há dez anos, pretende adquirir a nacionalidade brasileira e casa-se com Bárbara, brasileira nata. Nesta hipótese,
- (A) a aquisição da nacionalidade brasileira pelo estrangeiro Pietro não será automática após o casamento civil, dependendo de um requerimento exclusivo de Pietro para a autoridade competente.
- (B) a aquisição na nacionalidade brasileira é automática para o italiano Pietro, após o seu casamento civil com Bárbara, independentemente de qualquer requerimento.
- (C) a aquisição da nacionalidade brasileira pelo estrangeiro Pietro não será automática após o casamento civil, dependendo de um requerimento conjunto do casal Bárbara e Pietro para a autoridade competente.
- (D) não se revela possível, por ausência de previsão no sistema constitucional brasileiro, a aquisição da nacionalidade brasileira para o estrangeiro Pietro como efeito direto e imediato resultante do casamento.
- (E) o italiano Pietro deverá completar o tempo de residência mínimo de quinze anos no Brasil para ser considerado brasileiro naturalizado em decorrência do casamento com Bárbara, pois a aquisição da nacionalidade brasileira para o estrangeiro, no caso de casamento civil com brasileira, somente é automática para os portugueses com residência permanente no país.

50. Lei estadual que proíba a produção e comercialização de armas de fogo, acessórios e munições em todo o território do Estado-membro, estabelecendo um prazo para sua regulamentação pelo Poder Executivo, será
- (A) constitucional, uma vez que é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios legislar sobre autorização e fiscalização da produção e do comércio de material bélico.
- (B) constitucional, por se tratar de lei que implementa uma política de segurança pública, de competência dos Estados.
- (C) inconstitucional, por ferir competência da União para autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- (D) inconstitucional, uma vez que não poderia ela estabelecer a possibilidade de regulamentação da norma pelo Poder Executivo, por expressa vedação constitucional.
- (E) constitucional, uma vez que o Estado tem competência legislativa para dispor sobre comercialização estadual de material bélico, ficando reservada à União a competência para edição de normas administrativas.

Legislação Institucional (Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte – ALERN)

51. Em relação às legislaturas e às sessões legislativas,
- (A) não se aprovando a Lei de Diretrizes Orçamentárias até 15 de dezembro, a Sessão Legislativa será automaticamente prorrogada, exclusivamente, para tal deliberação, não se interrompendo enquanto ela não se der.
- (B) as Sessões Legislativas Ordinárias estendem-se de 15 de março a 15 de dezembro de cada ano, em dois períodos.
- (C) durante os recessos não haverá Sessão Legislativa de qualquer natureza.
- (D) necessariamente em 15 de fevereiro, a Assembleia realizará sessão solene para instalação da Sessão Legislativa Ordinária, oportunidade em que o Prefeito da Capital e o Governador do Estado exporão as respectivas situações e solicitarão as providências necessárias.
- (E) durante as Sessões Legislativas Extraordinárias, a Assembleia só deliberará acerca das matérias objeto da convocação, prolongando-se as sessões até a decisão final ou o início das Sessões Legislativas Ordinárias.
52. Em relação aos órgãos da ALERN, é correto afirmar que
- (A) os membros da Mesa podem integrar livremente as Comissões Permanentes.
- (B) o Plenário é composto por todos os Deputados e exerce com exclusividade a função legislativa, salvo os casos de competência regimental das Comissões.
- (C) as funções da Mesa interrompem-se durante os recessos parlamentares.
- (D) enquanto não eleita a nova Mesa no início da terceira Sessão Legislativa Ordinária, o mandato da Mesa anterior extingue-se.
- (E) o mandato de membro da Mesa termina exclusivamente com nova eleição, ou término da Legislatura, ou por renúncia.
53. As sessões da Assembleia
- (A) serão livres ao público, que embora deva conservar-se em silêncio, poderá utilizar-se de escritos, desenhos ou símbolos para manifestar aplauso ou reprovação ao que foi decidido.
- (B) são preparatórias, ordinárias ou extraordinárias, exclusivamente.
- (C) nos cento e vinte dias anteriores às eleições gerais, só serão realizadas em datas previamente estabelecidas pelo Plenário.
- (D) serão públicas, salvo expressa disposição regimental contrária, ou se a maioria absoluta dos Deputados decidir por realização de sessão secreta.
- (E) serão transmitidas livremente por meio de rádio ou televisão, defeso ao Presidente proibir tais transmissões em razão do interesse público.



<p>54. Quanto às proposições e suas apreciações:</p> <p>(A) cada proposição, salvo emenda, subemenda, recurso ou parecer, tem tramitação própria.</p> <p>(B) a proposição que, de iniciativa de Deputado haja sido apresentada na ordem do dia de sessão plenária, depende de leitura no expediente.</p> <p>(C) ao signatário de proposição, não é lícito dela retirar sua assinatura, em nenhuma hipótese.</p> <p>(D) as proposições devem ser fundamentadas necessariamente por escrito.</p> <p>(E) se o número mínimo de subscritores de uma proposição ficar desfalcado, pela retirada de assinaturas, será ela automaticamente cancelada.</p>	<p>58. Quanto à organização dos Poderes estaduais,</p> <p>(A) a eleição dos Deputados Estaduais realiza-se, simultaneamente, com a dos Prefeitos e Governadores.</p> <p>(B) a Assembleia se compõe de Deputados e de Vereadores, representantes do povo, eleitos por voto direto e secreto e por sufrágio universal.</p> <p>(C) o número de Deputados da Assembleia corresponde ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, é acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.</p> <p>(D) a iniciativa das leis complementares e ordinárias estaduais cabe, exclusivamente, a qualquer Deputado ou ao Governador do Estado.</p> <p>(E) a matéria constante de projeto de lei rejeitado só poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de um terço dos membros da Assembleia Legislativa.</p>
<p>55. Em relação à tramitação especial de emendas à Constituição Estadual, considere:</p> <p>I. A Assembleia pode emendar a Constituição do Estado, mesmo que na vigência de intervenção federal, vedado porém fazê-lo nos estados de defesa ou de sítio.</p> <p>II. A proposta de emenda à Constituição pode ser apresentada por um quarto (1/4) dos Deputados ou pelo Governador do Estado.</p> <p>III. A proposta de emenda será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interregno de cinco dias entre um e outro, sendo aprovada a que obtiver, em ambos os turnos, três quintos (3/5) dos votos dos membros da Assembleia.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I e III.</p>	<p>59. Em relação aos tributos estaduais,</p> <p>(A) na regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar, adotar-se-á tão somente o que dispuser Lei Complementar Estadual.</p> <p>(B) as taxas podem ter base de cálculo própria de impostos, mesmo que haja integral identidade entre uma base e outra.</p> <p>(C) o Estado pode instituir contribuições de melhoria, em razão do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.</p> <p>(D) sempre que possível, os impostos têm caráter pessoal e vinculados à capacidade econômica do contribuinte.</p> <p>(E) o Estado e os Municípios podem instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.</p>
<p>Constituição do Estado do Rio Grande do Norte (CE/RN)</p> <p>56. Entre os princípios fundamentais descritos abaixo, os que NÃO se encontram previstos na Constituição são</p> <p>(A) a cidadania e os valores sociais do trabalho.</p> <p>(B) a autonomia do Estado e de seus Municípios.</p> <p>(C) o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.</p> <p>(D) a dignidade da pessoa humana e a livre iniciativa.</p> <p>(E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.</p>	<p>60. Considere sobre a ordem social na Constituição Estadual:</p> <p>I. Aos residentes no Estado é assegurada assistência farmacêutica básica, provida pelo Poder Público.</p> <p>II. As instituições privadas, de qualquer natureza, não participam do sistema estadual de saúde, por ser este de responsabilidade única do Poder Público.</p> <p>III. É defesa a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções a instituições privadas com fins lucrativos.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) III.</p>
<p>57. No tocante à organização político-administrativa do Estado:</p> <p>(A) é possível criar distinções entre brasileiros de outros estados-membros, bem como preferências entre si, desde que lícitas.</p> <p>(B) os Municípios devem adotar os mesmos símbolos estaduais.</p> <p>(C) o Estado não pode estabelecer cultos religiosos ou igrejas, mas pode subvencioná-los e com eles estabelecer alianças.</p> <p>(D) a criação, incorporação, fusão e desmembramento dos Municípios fazem-se por lei municipal, haja vista sua autonomia político-administrativa.</p> <p>(E) é defeso ao Estado e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.</p>	

**DISCURSIVA-REDAÇÃO****Atenção:**

- Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas.
- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que for assinada, na folha de respostas definitiva, fora do campo de assinatura do candidato, apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova Discursiva-Redação.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Redação.

1. *Terra Papagalli foi um nome que concorreu com o de "Brasil", e até com certa vantagem, nos anos que se seguiram à Descoberta. Se os Estados Unidos ostentam a águia como símbolo, a França o galo e o Chile o condor, o Brasil tem o papagaio como tradução ornitológica da nacionalidade. À diferença desses outros países, o papagaio não figura nos escudos, nos selos, nas medalhas, ou em outros sinais pelos quais o Estado anuncia sua presença.*

(Adaptado de: Roberto Pompeu de Toledo, "Papagaio!", em **Piauí**, n. 1, outubro de 2006)

2. *Foi Nelson Rodrigues quem grafou o conceito de "complexo de vira-latas", resumo de um colonizado e colonizador sentimento de inferioridade em face do estrangeiro e do que vem de fora, seres e coisas, ideias e fatos. Impecável a definição, cujas raízes nos levam à empresa colonial e ao escravismo, à dependência cultural às diversas Cortes que sobre nós reinaram e ainda reinam.*

(Adaptado de: Webster Franklin, "Complexo de vira-lata de ontem e de hoje". Disponível em: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif>)

Com base nos fragmentos 1 e 2 acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre:

A autoimagem do brasileiro como um determinante de seu comportamento social

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	